

ENSINO DE GEOGRAFIA PARA CIDADANIA: REFLEXÕES A PARTIR DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Francisco Thiago Brito de Oliveira¹, Francisca Elizonete de Souza Lima²,
Rafael Pereira da Silva³**

¹Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. E-mail: professorthiagobrito@outlook.com

²Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN. Atualmente é professora efetiva no Departamento de Geografia da Universidade do Estado Rio Grande do Norte, Campus de Assú – RN. E-mail: franciscaelizonete@uern.br

³Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Atualmente é professor na Universidade Estadual da Paraíba, Campus III. E-mail: rafaelsilva.geo@gmail.com

Resumo

Este trabalho teve como objetivo central analisar como o ensino de Geografia pode contribuir para o desenvolvimento da cidadania dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental. Para atingirmos este objetivo, buscamos refletir sobre o conceito de cidadania e sua vinculação com o ensino, a partir das teorias vigentes e de documentos normativos; compreender a importância do ensino de Geografia na construção da cidadania e problematizar o conceito de cidadania no ensino de Geografia, a partir da pesquisa empírica com alunos de três turmas de 9º ano do Ensino Fundamental, de uma escola pública de tempo integral, no município de Alto do Rodrigues-RN. Durante a pesquisa empírica, desenvolvemos uma oficina pedagógica com os estudantes a fim de trabalharmos com o conceito de cidadania. Dessa maneira, os estudantes foram levados a refletir sobre esse conceito e como eles poderiam contribuir de forma mais ativa na resolução de problemas encontrados nos seus territórios, sejam eles: a precariedade das infraestruturas, a ausência dos serviços públicos, a precificação dos combustíveis, os impactos da pandemia e a proliferação das Fake News. Os resultados da pesquisa nos levam a considerar a importância do ensino da Geografia para a problematização da temática em tela, como também a necessidade de fortalecer, não só na teoria, mas na prática cotidiana, o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Cidadania. Ensino Fundamental. Oficina Pedagógica.

TEACHING GEOGRAPHY FOR CITIZENSHIP: REFLECTIONS FROM THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION

Abstract

The central objective of this article was to analyze how the teaching of Geography can contribute to the development of citizenship in students in the final years of elementary school. To achieve this goal, we sought to reflect on the concept of citizenship and its link to education, based on current theories and normative documents; understand the importance of Geography teaching in the construction of citizenship and problematize the concept of citizenship in Geography teaching, from an empirical research with students from three 9th grade classes in a full-time public school in the municipality of Alto do Rodrigues-RN. During the empirical research, we developed an educational workshop with the students to work on the concept of citizenship. In this way, the students were led to reflect on this concept and how they could contribute more actively in solving problems encountered in their territories. The results of the research lead us to consider the importance of the teaching of Geography for the problematization of the theme in question, as well as the need to strengthen, not only in theory, but also in daily practice, the exercise of citizenship.

Keywords: Geography Teaching. Citizenship. Elementary School. Pedagogical Workshop.

ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA PARA LA CIUDADANÍA: REFLEXIONES A PARTIR DE LOS ÚLTIMOS AÑOS DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA

Resumen

El objetivo principal de este artículo era analizar cómo la enseñanza de la Geografía puede contribuir al desarrollo de la ciudadanía entre los estudiantes de los últimos años de la Enseñanza Fundamental. Para lograr este objetivo, se buscó reflexionar sobre el concepto de ciudadanía y su vínculo con la educación, a partir de teorías y documentos normativos actuales; comprender la importancia de la enseñanza de la Geografía en la construcción de la ciudadanía y problematizar el concepto de ciudadanía en la enseñanza de la Geografía, a partir de una investigación empírica con alumnos de tres clases de 9º grado de enseñanza primaria, de una escuela pública de jornada completa, en el municipio de Alto do Rodrigues-RN. Durante la investigación empírica, desarrollamos un taller educativo con los estudiantes para trabajar el concepto de ciudadanía. De este modo, los estudiantes reflexionaron sobre este concepto y sobre cómo podrían contribuir más activamente a resolver los problemas que se encuentran en sus territorios. Los resultados de la investigación nos llevan a considerar la importancia de la enseñanza de la Geografía para la problematización del tema en cuestión, así como la necesidad de fortalecer, no sólo en la teoría, sino también en la práctica cotidiana, el ejercicio de la ciudadanía.

Palabras clave: Enseñanza de la geografía. Ciudadanía. Escuela Primaria. Taller pedagógico.

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia tem sido bastante problematizado por pesquisadores que tem discutido a importância desta disciplina no currículo escolar. Como destaca Santos (2013), nas últimas duas décadas o que se tem visto é um esforço acadêmico para sistematização e proposição de práticas didáticas empregadas no ensino de Geografia, e por isso, vários trabalhos (CAVALCANTI, 2010; MORAIS, 2013; MARTINS; TONINI, 2016; STRAFORINI, 2018; COPATTI, CALLAI, 2018) têm surgido na tentativa de propor e avaliar metodologias de ensino trabalhadas na Geografia escolar.

A necessidade de normatizar o ensino, imposta por instituições públicas, empresas privadas e órgãos internacionais como o Banco Mundial, fez surgir documentos como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2019). Esses documentos têm se constituído em objetos de pesquisa para muitos pesquisadores ligados ao ensino e que seguem num processo dual, onde os avanços ou retrocessos materializados a partir desses documentos são avaliados e problematizados.

Outro ponto que devemos levantar, é que esses documentos valem para todo território nacional, e sendo assim, não levam em consideração as particularidades dos mais de cinco mil municípios brasileiros, concentrando as suas orientações a partir de um conhecimento mais geral. Deste modo, é dever do professor de Geografia trazer elementos cotidianos (denominados de eixos do conhecimento dentro das unidades temáticas) dos alunos para as suas aulas, pois embora a BNCC normatize os conteúdos a serem abordados, ela não define o currículo das escolas, e por esse motivo, essa dinâmica de inserir temáticas do cotidiano dos

alunos nas aulas de Geografia pode sim ser possível, através do Projeto Político Pedagógico da escola e do planejamento do professor.

Os lugares de vivência dos alunos sejam eles a cidade, o campo, ou escalas como o bairro, a sua escola, a sua rua, ou sua casa, assim como os objetos dispostos pelo território: prédios públicos, bancos e o comércio em geral, são formadores da leitura de mundo do aluno e da identidade cultural do mesmo, e é através das experiências que o aluno traz consigo que o professor de Geografia vai fazer a ponte do local para o global e vice versa, identificando situações que acontecem em outros locais do mundo e que também acontecem no Espaço e no cotidiano onde o aluno vive.

É de extrema importância que o ensino de Geografia seja capaz de fazer o aluno refletir sobre as situações que ele encontra no seu dia a dia, e que ele consiga fazer essa leitura de mundo em várias escalas diferentes, o que dá oportunidade para que ele se torne um ser crítico acerca de sua realidade promovendo assim uma educação cidadã de fato (BRAGA, 2018).

Quando pensamos numa educação cidadã, temos em mente que o aluno também seja construtor de sua própria realidade, que tenha direito de estudar sobre o seu lugar, que ele entenda quais são os seus direitos, e mais que isso, que ele saiba como exercê-los, cobrando-os mediante as autoridades competentes e se necessário, protestando contra as medidas tomadas de forma vertical e que ceifam os seus direitos. E acima de tudo, serem propositivos no sentido da cidadania participativa. Diante dessa reflexão, uma questão nos inquieta com relação a essa temática: como o ensino de Geografia pode contribuir para uma educação cidadã formando um aluno consciente sobre a realidade que o cerca?

Ao ler e refletir sobre alguns desses documentos já citados, a impressão que se tem é que esse processo de desenvolver a “críticidade” do educando foi meio que posta em segundo plano, sendo mais importante absorver o conteúdo e memorizar respostas prontas que assegurarão uma nota na avaliação, e que serão esquecidas posteriormente a isso, ou que ainda serão repetidas tantas vezes que fiquem no subconsciente dos mesmos, a fim de reaproveitá-las para outros exames futuros.

Mediante a todas essas colocações, tivemos como amostragem três turmas de 9º ano de uma escola de ensino básico do município de Alto do Rodrigues - RN. O foco da pesquisa foi o entendimento desses sujeitos acerca do conceito de cidadania, a partir do ensino da Geografia, e conseqüentemente se eles se veem como cidadãos da sociedade da qual fazem parte.

Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar como o ensino de Geografia pode contribuir para o desenvolvimento da cidadania dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental. Para darmos conta do objetivo geral, delimitamos os seguintes objetivos específicos: refletir sobre o conceito de cidadania e sua vinculação com o ensino, a partir das teorias vigentes e de documentos normativos; compreender a importância do ensino de Geografia na construção da cidadania; problematizar o conceito de cidadania no ensino de Geografia, a partir da pesquisa empírica com alunos de três turmas de 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública em tempo integral no município de Alto Rodrigues – RN.

A natureza da disciplina geográfica possibilita, de forma eficiente ou bastante qualitativa, o trabalho acerca do conceito de cidadania, pois ela com os seus conceitos básicos, como: lugar, território, paisagem, região e espaço geográfico, pode ampliar a

discussão sobre cidadania em diferentes aspectos dos conteúdos da sala de aula, o que por consequência pode gerar grandes reflexões sobre a cidadania.

Nossa pesquisa se deu a partir de uma abordagem qualitativa. Para tornar possível essa pesquisa adotamos algumas etapas: a revisão bibliográfica, tendo como base os autores nas seções que se seguem. Realizamos também, a pesquisa documental, a partir de documentos como: Constituição Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2019).

Após a pesquisa documental e bibliográfica, houve a elaboração de uma oficina pedagógica para as turmas de 9º ano que obviamente trouxe o tema cidadania. Realizamos para tanto, um questionário diagnóstico anterior a oficina e outro questionário após a oficina, buscando diagnosticar o entendimento dos estudantes a respeito desse conceito e a importância do ensino da Geografia na formação cidadã dos/as estudantes.

O intervalo utilizado para a realização da pesquisa se deu entre fevereiro de 2021 e abril de 2022, período no qual foram feitas as leituras bibliográficas, as observações de algumas aulas de Geografia nas turmas de 9º ano, a realização da oficina “Cidadania em Foco”, análise dos dados e sistematização da pesquisa num trabalho monográfico do qual esse artigo é recorte. Os questionários foram aplicados em março de 2022 para um total de 76 alunos das três turmas de 9º ano da escola em que foi realizada a investigação. A ferramenta utilizada para aplicação do instrumento de coleta foi o *Google forms*, ferramenta já utilizada pelo professor e conhecida pelos alunos. O questionário foi respondido por aproximadamente 90% dos estudantes e os que não deram retorno justificaram esquecimento ou impossibilidade de cumprimento do prazo.

Vale ressaltar que a ideia de reunir os alunos, especificamente desse nível de ensino, se deu pelo fato de os mesmos já terem passado por todas as etapas de ensino fundamental, o que pode garantir um arcabouço maior sobre o conceito e o próprio exercício da cidadania.

O CONCEITO DE CIDADANIA E A CIDADANIA TERRITORIAL: BREVES NOTAS

Quando ouvimos a palavra cidadania, geralmente o que vem a nossa mente é o conceito de cidadania ligada a uma nação, onde só o fato de um indivíduo nascer em um território nacional, já o investe de uma série de direitos e deveres para com a sociedade (COUTINHO, 1999). Sendo assim, essa máxima da cidadania que está ligada ao estatuto jurídico de uma nação (direitos e deveres inalienáveis), vem caindo no senso comum da população em geral, e o que se tem notado é a banalização do significado do conceito de cidadania devido à falta de um maior aprofundamento no que representa essa palavra.

A palavra “cidadania” tem sua origem no latim “*civitas*” que numa tradução livre significa “cidade” ou “direitos relativos ao cidadão”, mas é na Grécia clássica entre os séculos V e IV a.C. que a palavra cidadania ganha seu primeiro esboço como conceito, pois a mesma era utilizada para descrever alguns direitos e deveres atribuídos aos sujeitos (ou seja os cidadãos) que nasceram e habitavam na cidade (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012).

Ainda como destaca Coutinho (1999), o conceito de cidadania estava longe de ser o que entendemos hoje sobre o mesmo perante as democracias contemporâneas, pois como dito

anteriormente, este conceito, só se aplicava a quem tinha a nacionalidade grega, e para além disso, mulheres e estrangeiros não podiam gozar de tais direitos e deveres, em outras palavras, era uma cidadania bem restritiva.

Cada aspecto da cidadania contemporânea, alguma vez já foi severamente debatida no passado da humanidade. Durante o período feudal, tal conceito como o conhecemos hoje, era quase impensável, pois, os camponeses mais do que trabalhadores eram como se fossem “propriedade” dos senhores feudais, pois o poder do senhor feudal dependia dos seus servos, porém era o senhor feudal que detinha a posse da terra, ou seja, o senhor feudal tinha a “chave” para dominar e projetar poder sobre os camponeses (BARBALET, 1989).

Esse formato de vida era tão comum que gerações inteiras viviam e morriam trabalhando para uma família detentora de terras. Para alguns, servir ao seu senhor era uma forma de agradecimento incondicional, e isso dava brecha para que o senhor feudal utilizasse tais indivíduos da maneira que lhe convinha.

Apesar de cada feudo ter a sua política e determinar o que se podia fazer ou não dentro de seus domínios, a estrutura desse modelo político e econômico, era muito semelhante em todos eles, e por isso é seguro dizer que não existia cidadania, pois “[...] ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e soberano. [...]” (CERQUIER-MANZINI, 2013, p. 11), e dentro do feudalismo o trabalhador era unicamente súdito, pois não podia opinar nessas questões (lutar ou não na guerra contra outros feudos, escolher seus governantes, dentre outras coisas), tão pouco contestá-las.

Segundo Cerquier-Manzini (2013) isso começaria a mudar com as revoluções burguesas de Portugal e Espanha nos séculos XIV e XV, mesmo período em que esses dois países também começam as suas explorações marítimas, em busca de novas conquistas territoriais e objetos que fossem comercializáveis, o que conseqüentemente culminaria na acumulação de capital.

Ainda de acordo com a mesma autora, o capitalismo ganharia um maior significado respectivamente no final dos séculos XVII e XVIII, com a “Revolução Gloriosa” (1688) que ocorreu na Inglaterra, e com a “Revolução Francesa” (1789) que obviamente ocorreu na França (CERQUIER-MANZINI, 2013).

A Revolução francesa que marcaria a ascensão da classe burguesa (que num primeiro momento teria características mais revolucionárias) com o lema “*Liberté, Egalité, Fraternité*” (que numa tradução livre significa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade) foi um marco para que a humanidade pudesse voltar a discutir o conceito de cidadania e de cidadão, porém, a mesma também ajudou a estabelecer o capitalismo como sistema econômico e de produção (CERQUIER-MANZINI, 2013).

A revolução francesa foi precedida de outras lutas em busca de direitos na Europa (BARBALET, 1989), mas ela ganha certo destaque por que foi durante a mesma que surge o “Estado de Direito”, onde todas as pessoas de uma nação teriam os mesmos direitos e deveres perante a justiça, ideia essa que estaria ligada ao tema da revolução francesa e que, por sua vez estaria ligada a ideia de democracia desde a Grécia antiga (BARRETO, 1993).

A ideia da classe burguesa era que todos deveriam ter condições de acumular esses bens, porém para obtê-los era preciso ter algum capital para investir. Para a classe burguesa

isso não era problema, afinal a mesma era composta por comerciantes e pessoas de grande riqueza ou influência política, no entanto a classe trabalhadora não dispunha de tais recursos, lhe restando vender a única coisa que tinha: a sua força de trabalho.

Em outras palavras, a cidadania que a classe burguesa viria a propor, seria a “cidadania liberal”, onde só alcançaria a cidadania plena quem tivesse os meios para tal. Para o professor Barreto (1993):

Na Revolução Francesa já se distinguiam as duas categorias de cidadãos, que iriam caracterizar o estado liberal clássico: o cidadão ativo e o cidadão passivo. O cidadão ativo deitava suas raízes no ‘status do homem privado, ao mesmo tempo educado e proprietário’. O instrumento jurídico, que formalizava a divisão entre os dois tipos de cidadãos, era o voto censitário. Através dele, o estado liberal clássico regulou o exercício pleno da cidadania, excluindo da participação nas decisões e no governo aqueles que não tivessem um mínimo de renda. A cidadania liberal do início do século XIX deitava, assim, suas raízes no status econômico e, por essa razão, não incluía como participantes do processo político a maioria da população. [...] (BARRETO, 1993, p. 32)

Apesar do lema da revolução francesa pregar o que deveriam ser os pilares de uma cidadania plena, na prática isso ocorria de maneira muito diferente. A classe trabalhadora era levada a uma falsa ideia de que viveria numa sociedade justa, e isso estava longe da realidade (CERQUIER-MANZINI, 2013).

Então, dado a tais circunstâncias, não é difícil imaginar que em algum momento a classe trabalhadora questionaria: Onde está a igualdade? Onde está a justiça em trabalhar até morrer? Por que só as pessoas influentes da sociedade podiam desfrutar de uma certa qualidade de vida e os trabalhadores não?

Essas e outras questões levantaram as primeiras manifestações da classe trabalhadora pós Revolução Francesa, e as lutas travadas naquela época fizeram surgir os primeiros direitos e deveres trabalhistas que nos dias atuais podem parecer simples e até comuns nas nações democráticas do mundo.

Historicamente, não tem sido simples a conquista de tais direitos e deveres (COUTINHO, 1999). Se olharmos para o passado, há vários acontecimentos históricos como por exemplo: a revolução industrial em Londres (ocorrida em parte pelo levante de trabalhadores no século XIX), que trouxe as discussões sobre os direitos do trabalho. A luta contra o *apartheid* na África do Sul, que reivindicava igualdade entre negros e brancos perante a sociedade sul-africana. A Lei Áurea (que pode ser bastante questionada já que não assegurou vida digna aos homens e mulheres “libertos”) que deu início ao processo de libertação das pessoas escravizadas ainda durante o período em que o Brasil era um império, enfim, basicamente toda conquista de um direito foi precedida de uma luta anterior pelo mesmo (FARIAS, 2020).

Todos esses acontecimentos históricos levaram o sociólogo Tomas Marshall no século XX, a explicar o conceito moderno de cidadania fazendo a seguinte divisão dos direitos: os “direitos civis”, que surgiram na Grécia antiga, os “direitos políticos” que foram conquistados junto com a Revolução Francesa e o fim do feudalismo, e por fim, os “direitos sociais” que teriam o seu embrião durante a luta dos trabalhadores por condições melhores de trabalho na Grã-Bretanha no século XIX (BARRETO, 1993; COUTINHO, 1999; CALLAI; ZENI, 2011).

Nos dias atuais, alguns desses direitos e deveres têm se tornado tão comuns na vida dos cidadãos que em algumas ocasiões nem parece que foram tão difíceis de serem obtidos, pois “O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana [...]” (SANTOS, 2020, p. 19), e isso gera a sensação de que “tudo sempre foi assim”, porém, ter um direito, saber o que é um direito e agir para garantir esse direito, são coisas totalmente distintas, mas que precisam andar juntas.

Toda nação democrática de fato investe sim o seu membro de certos direitos e deveres, porém, é preciso ter cuidado ao pensar nesse contexto, pois, como nos lembra Santos (2020) a ideia de “cidadão” inexistente no Estado capitalista, e isso fica mais evidente nas camadas mais pobres da sociedade, nas comunidades carentes onde o Estado não chega e o capitalismo ignora a sua existência.

É só quando o Estado por algum motivo resolve agir e investir em questões como infraestrutura, saúde, educação, transportes, dentre outras coisas, que, aparecem empresas interessadas em prestar esses serviços, pois “[...] São as corporações que utilizam o essencial dos recursos públicos e essa é uma das razões pelas quais as outras camadas da sociedade não têm acesso às condições essenciais da vida, aos chamados serviços sociais. [...]” (SANTOS, 1996, p. 136)

Em outras palavras, não há lucro tão significativo para essas corporações sem que o Estado se envolva. Por outro lado, o Estado capitalista tem os meios necessários para levar esses serviços à população, no entanto, se “apequena” nesses momentos, e permite que o mercado dite as regras, mais uma vez dando margem para que no lugar da cidadania se tenha na verdade a barganha dos direitos da população em prol do lucro. É nesse sentido que Santos (2020) vai nos lembrar que no Brasil não temos cidadãos, mas consumidores.

Para que a cidadania se faça valer, é preciso que as camadas menos favorecidas da sociedade saibam o que de fato é ser cidadão. Se por um lado ter direitos e deveres pode se tornar algo “esquecível” uma vez que os mesmos se tornaram comum a vida, nascer pobre e com uma vida sem dignidade também pode se tornar comum, uma vez que não se saiba que é possível ter uma vida melhor.

Para esses indivíduos que compõem essas camadas menos favorecidas financeiramente da sociedade, antes de mais nada, é mais comum entender o conceito de “sobrevivência”, pois como se pode parar para refletir sobre o meu papel no cotidiano, se a luta para se garantir os direitos mais básicos da humanidade ainda são negados?

Ao membro pertencente da classe trabalhadora, que levanta cedo, que tem que percorrer grandes distâncias até o seu local de trabalho, e que “sustenta” uma família com um salário mínimo, parar para refletir sobre cidadania no seu cotidiano é algo que ironicamente não condiz com a realidade que o mesmo enfrenta todos os dias.

Grande parte das constituições mundiais que se afirmam como democráticas, “garantem” os direitos: a saúde, a educação, ao trabalho, a alimentação, a livre circulação, porém, esses direitos parecem não se realizarem no território como é proposto no papel, pois, o atual modelo econômico por vezes ceifa esses direitos em prol do lucro das grandes corporações, e dessa forma a democracia dá lugar ao capitalismo, o que por sua vez, faz cair por terra o sentido de ser cidadão.

Dito isso, podemos nos questionar: o que é cidadania de fato? A natureza dos direitos e deveres de uma nação por si só já contempla esse conceito? Se a maioria dos países no mundo tem o seu conjunto de leis acerca da cidadania, esse seria um conceito constantemente mutável? É possível haver cidadania com o atual modelo econômico no mundo? O tema cidadania vem sendo constantemente debatido na academia. Para os autores Costa, Kuhn e Kuhn (2016):

[...] A cidadania relaciona-se à constituição de direitos e deveres que, ao mesmo tempo em que podem ampliar a capacidade de efetivação da subjetividade, com a auto-realização, ao fazê-lo sob sujeitos direitos e deveres gerais e abstratos homogeniza os sujeitos. (COSTA; KUHN; KUHN, 2016, p 102)

Para esses autores a cidadania não é apenas a constituição dos direitos e deveres em si, pois é preciso que esses mecanismos sejam garantidos pela sociedade como um todo, se não, de que outra forma os sujeitos descritos na citação seriam “iguais” perante os demais membros desta sociedade?

É preciso mais uma vez ter cuidado com os discursos que adotamos, e conseqüentemente reproduzimos no nosso dia a dia. Na obra do professor Santos (2020) “O espaço do cidadão”, o autor traz várias inquietações acerca do conceito de cidadania, em especial como esse conceito tem sido percebido no Brasil. Em uma de suas passagens o autor questiona: “[...] Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? [...]” (SANTOS, 2020, p. 19).

Sobre essa indagação, podemos dizer que a mesma tem um teor não só reflexivo, mas também filosófico, pois se “[...] a cidadania dá ao indivíduo um estatuto jurídico, ao qual se ligam direitos e deveres. [...]” (ESTEVEES, 2010, p. 35), por que há tanta desigualdade no nosso país? A resposta para essa questão seja talvez o modelo econômico em que vivemos, pois “[...] o Brasil não é bem democracia, mas uma democracia de mercado. O que é central é o mercado, não o homem.” (SANTOS, 1996, p. 138).

Hoje, não só no Brasil, mas no mundo como um todo, tudo se compra: os serviços de saúde, de transportes, de comunicação, de educação, são muitos os direitos que são “compráveis”, mesmo que como referido anteriormente, esses direitos sejam “garantidos” pelas democracias mundo afora. Em outras palavras, essa cidadania é muito frágil, e ainda está longe de gozar de toda sua plenitude, pois como destacam Callai e Zeni (2011)

Para a construção de uma sociedade detentora de uma cidadania plena, uma espécie de igualdade humana básica, associada ao conceito de participação integral na comunidade, é necessário pensar globalmente e agir localmente. E, para que isso se efetive, é necessário conseguir superar o pensamento único e buscar a consciência universal. Pensar globalmente é compreender o mundo, como se organiza, se transforma, como o capital age, como as grandes empresas se estruturam, bem como o papel que o Estado assume numa economia e numa sociedade cada vez mais mundializadas. [...] (CALLAI; ZENI, 2011, p. 74).

Essa “igualdade humana básica” muitas vezes passa bem longe da realidade, pois, a própria ideia de divisão de classes sociais sugere que tal coisa não existe, uma vez que o poder aquisitivo de uma sempre vai ser superior a outra, e como vivemos num mundo capitalista, onde o mercado é o centro das democracias, pensar em igualdade social e cidadã pode ser uma grande utopia.

O debate à volta deste conceito tem trazido várias contribuições significativas, de modo que cada vez mais temos avançado com as teorias sobre o mesmo, e por esse motivo, na academia, ainda vamos encontrar trabalhos sobre o conceito de cidadania que enriquecem o diálogo e se somam aos demais. Para Coutinho (1999):

[...] Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. [...] A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração. (COUTINHO, 1999, p. 42).

Em outras palavras, a cidadania na concepção deste autor não é obtida quando nascemos, ela é a consequência de uma busca constante para se manter os direitos que já existiam antes do nosso nascimento, e também, uma busca de novos direitos de acordo com o tempo histórico de cada indivíduo. Ou seja, a cidadania se constrói e se reconstrói o tempo todo. Assim:

Ser cidadão [...] é ser como o estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitam não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado. O indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos. (SANTOS, 1996, p. 133).

Por outro lado, temos uma consciência global muito individualista, também muito impulsionada por esse modelo econômico capitalista, onde há cada vez menos solidariedade, e a competitividade para se acumular capital ou apenas uma quantidade mínima de dinheiro impera entre todas as camadas da sociedade, mesmo que as suas classes mais altas tenham conseguido fazê-lo com mais sucesso do que as mais baixas.

O conceito de cidadania poderia ser mais plausível se o trabalhador assalariado ganhasse uma renda digna capaz de pôr o mesmo numa situação mais igualitária, porém, aumentar os ganhos dos trabalhadores implica em dividir a riqueza acumulada pelos capitalistas e isso vai diretamente contra a lógica do capitalismo, que é a acumulação de capital, ou seja, nunca teremos uma cidadania plena enquanto o modelo econômico for esse.

Na maioria das vezes, o Estado afirma que garante esses direitos, porém, se pensar na educação por exemplo, mesmo que os alunos estejam matriculados na escola, eles só conseguirão estudar se tiverem material escolar, se as suas vestimentas forem adequadas ao ambiente da escola, se estiverem bem alimentados ou ainda, se conseguirem chegar até a mesma, realmente são muitas variáveis a se considerar.

Em outras palavras, garantir a cidadania não está apenas no ato de dispor o espaço necessário para uma determinada instituição de ensino, é preciso que o Estado também possa garantir que todos os alunos tenham uma condição mínima de frequentar esse ambiente, se não de nada adianta construir e equipar uma escola, se a comunidade em torno dela não for capaz de utilizá-la.

Fica claro que ainda estamos bem distantes de uma “cidadania plena”, onde viver dignamente seja algo tão comum quanto respirar. Sendo assim, a igualdade que tanto almejamos perpassa por um envolvimento maior da comunidade nas questões que regem a sociedade: política, saúde, educação, escolarização, enfim, nos elementos sociais que compõem o dia a dia das pessoas. A ideia de uma sociedade mais igualitária, sem dúvida, passa pela educação. Sendo assim, levar o debate sobre cidadania para a sala de aula seja talvez a chave para iniciar a mudança do atual *status quo* em que vivemos.

A escola pode ser o *locus* do início desse debate, onde os problemas da comunidade, do bairro, da cidade e assim por diante poderão ser discutidos e integrados aos conteúdos da sala de aula. Esse primeiro momento seria de grande importância, pois seria o alicerce necessário para as ações que poderiam ser tomadas enquanto cidadãos.

Então, tendo em mente que a escola pode exercer esse papel primário na construção de uma sociedade mais cidadã e solidária, enxergamos no ensino de Geografia um caminho possível para realizar tal tarefa, uma vez que essa disciplina tem como objeto de estudo o espaço geográfico, que é onde as interações sociais políticas e econômicas tomam forma e definem ações que afetarão o cotidiano de todas as pessoas.

Sendo assim, a “geografização” do conceito de cidadania (BRAGA, 2021) se faz algo necessário, e por isso acreditamos que o conceito de “cidadania territorial” (CLAUDINO, 2014) seja o que melhor se aplique a essa demanda, pois o mesmo une o debate sobre os direitos e deveres e a ação em prol de mantê-los. Ação que deve ser exercida pelos sujeitos que formam a coletividade humana. Numa escala menor, adequando a nossa pesquisa, ações que devem ser conduzidas por professores, estudantes e toda comunidade escolar, acessando autarquias e instituições responsáveis por efetivarem políticas e projetos necessários ao exercício da cidadania.

O CONCEITO DE CIDADANIA TERRITORIAL: UM CAMINHO POSSÍVEL

Parágrafo único. Todo poder emana do povo [...] (BRASIL, 1988, p.11).

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) é a nossa Lei máxima quando os assuntos são os nossos direitos e deveres, porém, a mesma, sozinha, não é capaz de garanti-los. Como vimos anteriormente, cada direito conquistado foi historicamente precedido de alguma luta social, e essa luta também perdura por manter tais direitos e deveres. De fato, todo poder deveria mesmo emanar do povo, mas será que o povo sabe que tem esse poder? Talvez não seja essa questão, talvez a questão seja: será que sabemos buscar a nossa cidadania no nosso dia a dia?

No nosso cotidiano temos que lidar com questões diárias acerca da cidadania, questões essas que dizem respeito ao o que vamos comer, vestir, ou à locomoção, áreas de lazer, dentre outras coisas, e apesar dessas questões parecerem simples, nem sempre podemos tê-las na sua plenitude, pois ter uma vida digna onde tenhamos moradia, alimentação, acesso à educação de qualidade, dentre outros, parece ser realidade cada vez mais difícil de alcançar.

Desta forma, talvez tenhamos que compreender o exercício da cidadania numa perspectiva sobre o território, pois segundo Souza (2000) “O território [...], é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. [...]”

(SOUZA, 2000, p. 78). Se queremos de fato o poder para mudar o que está errado no nosso dia a dia, temos que nos impor na sociedade, nos apropriando de espaços que são nossos, espaços esses que podem ir desde lugares tradicionais de poder como câmaras municipais, prefeituras, ou outros órgãos públicos, a locais mais comuns, como ruas, bairros ou escolas enfim.

O que temos que ter em mente é que ser cidadão não é só exigir direitos, mas também lutar para que os mesmos sejam respeitados, e para isso acontecer precisamos de pessoas que consigam fazer uma leitura de mundo, e “não ser alheio” geograficamente sobre a sua realidade. Nesse caso, consideramos a importância do ensino da Geografia no que tange a efetivação da “cidadania territorial”, que perpassa sobremaneira pela necessidade da leitura, análise e intervenção dos estudantes nos seus territórios como defende o professor Sérgio Claudino (2014).

Trabalhar o conceito de cidadania territorial dentro do ensino de Geografia se mostra muito mais adequado, pois se “todo poder emana do povo [...]” (BRASIL, 1998, Art. 1), e o território afirma-se no espaço geográfico através das relações de poder (SOUZA 2000; 2020) temos aqui um caminho possível para tentar minimizar o abismo existente entre as classes sociais mediante a cidadania.

Não há como pensar em cidadania sem pensar que tal conceito depende de muitas variáveis dispostas no espaço geográfico, e por isso:

A Geografia, como ciência e disciplina escolar, ao pensar o espaço do homem, fornece um amplo campo de reflexões que podem conduzir à compreensão da sociedade no sentido de identificar seus problemas, contradições e soluções, bem como o papel do indivíduo no que se relaciona à busca por soluções e propostas viáveis para resolução dos problemas. (SOBRINHO, 2021, p. 33)

Para que possamos vislumbrar a ideia de que um dia seremos cidadãos e cidadãs de fato, temos que tornar o exercício da cidadania tão comum quanto respirar. Como nos lembra Santos (2020) cidadão é somente cidadão no lugar. Assim, pensar o território em que habitamos, nas fragilidades e potencialidades nele existentes, no que tange a sua transformação, que culmina na transformação da vida dos sujeitos que aí vivem, é elemento *sine qua non* para a efetivação da cidadania territorial e a Geografia nos possibilita esse exercício.

Quando trabalhamos o conceito de cidadania territorial, nos recusamos a apenas discutir os problemas encarados pelos alunos na comunidade, pois entendemos que só o debate não dá conta de proporcionar o real sentido do exercício da cidadania, e por esse motivo, os mesmos são levados a procurar soluções para esses problemas, em outras palavras, além de identificar é necessário agir intervindo para que os direitos e deveres sejam respeitados. Por esse motivo, “[...] os estudantes devem ser incentivados a protagonizar proposições de melhorias em suas comunidades por meio da Geografia e sua interrelação com os demais conhecimentos do cotidiano.” (BRAGA, 2021, p. 10).

Como descreve o professor Claudino apresentando um projeto por ele idealizado, o Nós Propomos! (2014) “Os alunos são sensibilizados para a reflexão em torno dos problemas locais e do seu papel na resolução dos mesmos, constituindo um inquérito individual, frequentemente, um instrumento promotor desta reflexão. [...]” (CLAUDINO, 2014, p. 6).

Dessa forma o educando irá agregar a sua formação básica o fato de que ele pode ser um agente modificador da sua realidade.

Trata-se de um ensino de Geografia mais “ativo” e menos “passivo”, como por exemplo, o desenvolvido em Portugal pelo projeto “Nós Propomos” encabeçado pelo professor Sérgio Claudino (2014)¹, onde a ideia/noção de cidadania territorial é perseguida no exercício teórico e empírico do projeto no país e nos demais lugares onde ele está institucionalizado.

As possibilidades que o ensino de Geografia pode oferecer ao desenvolvimento da cidadania para a sociedade dentro da perspectiva do território, ou melhor, do uso do território, são enormes. Braga (2021) vai aprofundar essas reflexões considerando a universidade e a escola como territórios que reafirmam a potencialidade da Geografia na formação para a cidadania, ou seja, favorecendo a construção de sujeitos “geograficamente comprometidos e atuantes” nos seus lugares. Dessa forma, na próxima seção iremos discutir melhor essa possibilidade de uma “Geografia cidadã”.

O ENSINO DA GEOGRAFIA ESCOLAR: POSSIBILIDADES PARA UMA FORMAÇÃO CIDADÃ

O desafio de formar alunos conscientes acerca da sua realidade e capazes não só de debater e problematizar assuntos de seu cotidiano, mas também procurar meios para solucioná-los, de fato, não é algo simples. Essa é uma tarefa que envolve muitos “agentes” nesse processo: a família, a escola, os professores, em outras palavras, mais do que traçar um plano social, é preciso construir uma “consciência social”, onde todos os indivíduos da sociedade assumam esse compromisso de educar para uma vida digna, ou seja, o plano para uma sociedade mais cidadã é o “meio” e não o “fim”.

Como já destacamos a escola não é a única responsável por esse processo de formação cidadã, porém Braga (2018) nos diz que:

[...] Entende-se que a escola tem um papel de semear um conjunto de valores universais que ultrapassam culturas, e ao mesmo tempo reafirma suas tradições locais, que preza exclusivamente pelo bem-estar social e ambiental entre os povos. [...]. (BRAGA, 2018, p. 788).

Portanto, é na escola que temos a oportunidade de iniciar essa consciência social acerca dos direitos e deveres enquanto pessoas que querem ser cidadãos, e que um dia terão que exigir os mesmos? A realidade é que o mundo é capitalista, e como relatam Deon e Callai (2018, p. 272) “[...] as desigualdades impostas pelo sistema econômico global tornam inviável um projeto social com vistas a tornar a sociedade mais igualitária [...]”.

Basta dizer que uma cidadania mais justa (e por que não plena), só será alcançada se primeiro tornarmos invioláveis os direitos básicos para uma vida digna, e que esses direitos

¹ Como não é nossa proposta discutir o projeto citado, indicamos ao leitor fazer a leitura deste texto do professor Claudino (2014), cuja referência está ao final deste artigo, para entender melhor sobre o projeto citado. Só fizemos menção porque enveredamos, mesmo que timidamente, pela noção de cidadania territorial porque essa noção pode ser trabalhada pela Geografia escolar, não apenas do ponto de vista teórico, como também, do ponto de vista prático.

sejam de conhecimento geral e de fácil acesso tendo na democracia, liberdade irrestrita da população, tornando possível que essa população seja capaz de lutar para que tais direitos sejam mantidos. Isso, sem dúvida alguma, passa também pela educação e pela escolarização da atual e das gerações futuras.

Para chegarmos a um *status* mais justo para todos enquanto sociedade no nosso país, é preciso que a educação e a escolarização andem de “mãos dadas”, e por esse motivo a escola se mostra como um lugar promissor quando o assunto é a formação cidadã, pois é lá que podemos formar pessoas com uma capacidade crítica acerca do mundo em que vivem.

Tendo posto que a escola pode ser esse lócus para a formação cidadã, também entendemos que é através da disciplina de Geografia que podemos alcançar esse objetivo de obtermos estudantes com um senso crítico mais apurado sobre o seu cotidiano. Isso porque a Geografia já trabalha com conceitos importantes para essa tarefa, como por exemplo: o espaço geográfico, o território, o lugar, a paisagem, dentre outros. Segundo as professoras Callai e Moraes (2017):

[...] O exercício crítico exige o conhecimento, e este pode levar a interpretação do mundo e dos fenômenos da vida cotidiana, mas para isso é importante a clareza teórica da ciência que funda os conhecimentos específicos da geografia e a segurança numa postura didático pedagógica que encaminhe como proceder nessa tarefa de formação para cidadania. [...] (CALLAI; MORAES, 2017, p. 86).

Embora a formação cidadã não seja uma exclusividade do Ensino de Geografia, é através dele que podemos não só introduzir esse conceito, mas também ver os seus desdobramentos no espaço geográfico, sobretudo dentro da perspectiva do território onde as relações de poder ditam as mudanças que ocorrem no dia a dia das pessoas, e obviamente também dos educandos, que por fim se materializam no lugar dos mesmos.

Assim é preciso que esse ensino de Geografia se realize de forma mais interativa, tanto na relação aluno-professor, quanto na relação aluno-cotidiano, onde os conteúdos da sala de aula não sejam apenas “para a sala de aula”, mas para que os mesmos também possam ser de serventia para a vida desses alunos. Que estes consigam perceber a importância de conhecer, analisar e intervir nos seus territórios para fortalecer ou iniciar essas experiências de cidadania.

Mas como podemos introduzir essa perspectiva de um ensino de Geografia mais qualitativo e significativo para os alunos? O que dizem os documentos que norteiam a Educação Básica brasileira nesse sentido? Seria essa iniciativa algo utópico dentro da nossa realidade educacional? Essas são questões que realmente merecem um pouco mais de aprofundamento teórico.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2019) também conhecida “BNCC”, parece ser a “culminância” de uma ideia que tem a sua origem no ano de 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). A palavra “base” presente no título dos dois documentos não é uma mera coincidência, pois a ideia de unificar a educação no nosso país é algo que já nasceu com a nossa Constituição de 1988 e que por consequência tiveram essas leis construídas tendo como alicerce esta mesma Constituição.

Como vimos anteriormente, nos dias atuais, o documento que regula os parâmetros do que deve ser ensinado em todas as escolas brasileiras na nossa disciplina é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na parte do documento que compreende exclusivamente a disciplina de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental, a BNCC destaca que:

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. (BRASIL, 2019, p. 359).

Partindo desse texto norteador, compreendemos que o ensino de Geografia tem papel fundamental na formação cidadã dos alunos, pois ele é responsável por ajudar a desenvolver a capacidade de leitura de mundo que eles necessitam, para que sejam membros colaboradores da sociedade e não apenas “espectadores”. Ainda sobre a formação cidadã dentro do Ensino de Geografia, a BNCC segue dizendo que:

Em todas essas unidades, destacam-se aspectos relacionados ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana, tais como: estabelecer regras de convivência na escola e na comunidade; discutir propostas de ampliação de espaços públicos; e propor ações de intervenção na realidade, tudo visando à melhoria da coletividade e do bem comum. (BRASIL, 2019, p. 364)

Em outras palavras, não só é possível desenvolver o conceito de cidadania no ensino de Geografia, mas também o conceito de cidadania territorial (CLAUDINO, 2014), onde a ideia de se ter alunos mais empenhados em compreender e ser agentes de mudanças nos seus territórios, passa a ser de fato algo necessário, e que pode trazer outros benefícios, como por exemplo, o real interesse dos alunos nas aulas de Geografia, uma vez que os temas não serão meramente parte dos conteúdos que serão cobrados nas avaliações, mas algo que realmente tem a ver com a vivência dos mesmos.

Agora, para podermos dialogar sobre estratégias que possibilitem um ensino-aprendizagem em Geografia no ambiente escolar para a cidadania, é preciso ter em mente que independente do currículo escolar ou das diretrizes nacionais para esse componente, temos que fazer alguns questionamentos, como nos lembram Callai e Moraes (2017): O quê? Para quem? Para quê? Como? Ou seja, o quê ensinar nas minhas aulas? Qual a realidade cognitiva do meu aluno? Qual a finalidade de ensinar determinado conteúdo? E depois de levar em conta todas essas variáveis, como posso fazer tudo isso?

A priori essas perguntas podem parecer corriqueiras e sem muita relevância, pois embora tenhamos mencionado que existe um currículo escolar a ser cumprido e que o mesmo segue as diretrizes estabelecidas para todo país, poderíamos nos indagar novamente: por que devo me questionar acerca da vivência do meu aluno, sobretudo no ambiente escolar? Talvez essa seja a questão que realmente importa ser respondida. Segundo Stefanello (2011):

Na perspectiva teórica da percepção e da construção do conhecimento, o aluno é um ser que percebe, imagina, experencia, julga, ama, odeia, emociona-se, descobre-se, enfim, é o criador de sua própria essência e possui relações afetivas com o espaço geográfico em nível de significados. Entendemos que sua realidade é o seu mundo vivido, repleto de experiências e subjetividades, construindo em espaços do cotidiano, em lugares idiossincráticos. Na realidade do aluno, há um sistema de relações conforme os seus interesses. (STEFANELLO, 2011, p. 72).

O aluno é parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem, assim como a sua realidade. Segundo a professora Cavalcanti (2010) é preciso considerar:

[...] a necessidade de reconhecer as vinculações da espacialidade das crianças, de sua cultura, com o currículo escolar, com os conteúdos das disciplinas, com os conteúdos da Geografia, com o cotidiano da sala de aula e de todo o espaço escolar. Alguns projetos inovam porque partem do pressuposto de que não basta manter as crianças e os jovens dentro dos muros da escola; é necessário que ali eles possam vivenciar seu processo de identificação, individual e em grupos, e que sejam respeitados nesse processo. (CAVALCANTI, 2010, p. 2)

A escola não existe de forma isolada no espaço geográfico, ela é parte material e imaterial do território, e por esse motivo os conteúdos de Geografia além de problematizar conceitos e temas próprios desta disciplina, precisam também se aplicar de forma significativa no cotidiano dos alunos, pois só assim teremos de fato alunos críticos e capazes de compreender quando seus direitos estão sendo respeitados ou negados.

A escola deve permitir aos professores de Geografia a autonomia de planejar os conteúdos de acordo com a realidade da mesma, ao mesmo tempo que também deve ser permitido aos alunos o direito de fazer os seus questionamentos sobre esses conteúdos e sobre situações que os mesmos convivem diariamente, pois:

Uma Geografia Cidadã, que desenvolva a aprendizagem de forma significativa, está diretamente atrelada ao conceito de liberdade que se emancipa, quando se compreende as desigualdades; ou seja, a justiça territorial se concretiza, quando além de compreender as injustiças locais, agimos sobre elas. (BRAGA, 2021, p. 14).

Quando imbuímos as aulas de Geografia com um contexto cotidiano, o aprendizado se torna muito mais significativo para os alunos, pois “[...] mais do que conteúdos, é necessário, também, ensinar-lhes modos de pensamentos e ação, por meio de atividades proporcionadas nas aulas [...]” (CAVALCANTI, 2010, p. 34). O aluno não é um recipiente vazio, e por isso a sua vivência tem que ser levada em conta. De acordo com Stefanello (2011):

[...] É fundamental considerar as experiências e a visão de mundo desses sujeitos, uma vez que eles constroem identidades entre si e com esses espaços e desenvolvem o sentido de pertencimento aos lugares, os quais, muitas vezes, tornam-se seus territórios. [...] (STEFANELLO, 2011, p. 22).

Em outras palavras, trabalhar o conceito de território dentro do contexto dos alunos, traz além da motivação, o desenvolvimento do pensamento crítico, um raciocínio geográfico, pois o território:

[...] tem a ver com a problemática relacional de indivíduos e seus lugares de prática, que resulta em formas espaciais, compostas de tessituras, nós e redes. Sendo assim, a identidade também é um elemento de sua constituição, assim como o seu lugar. (CAVALCANTI, 2010, p. 53).

Estudar o território onde o aluno vive traz grandes possibilidades não só para o ensino de Geografia, mas também para a formação cidadã do mesmo. Explorar os pontos fortes desse território, as problemáticas aí constituídas, os atores responsáveis por suas resoluções ou minimização, é um caminho profícuo para o exercício da cidadania.

Esse é, sem dúvida alguma, um tema que não só merece, mas precisa ser aprofundado, principalmente num país como o Brasil, onde a maior parte da população é pobre e o capitalismo impera. Nesse sentido, como nos lembra Santos (2020, p. 144) “[...] é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial [...]” ou seja, o uso do território pode favorecer a promoção da cidadania ou pode representar impasse para a sua efetivação e até negá-la. Por isso, insistimos que na Geografia o meio mais seguro para problematizar a cidadania é fazendo a análise do território, instrumentalizando os estudantes a realizar isso como caminho possível de identificar os elementos que interferem na conquista da cidadania e aqueles que ajudam a promovê-la. Buscamos experienciar isso a partir de oficinas pedagógicas com estudantes do 9º ano de uma escola pública. A próxima seção apresenta os resultados alcançados.

A OFICINA PEDAGÓGICA “CIDADANIA EM FOCO” E OS RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção em específico, iremos tratar dos resultados empíricos da pesquisa trazendo de forma sistemática os dados obtidos com os questionários diagnóstico e avaliativo, assim como o desenvolvimento da oficina pedagógica, descrevendo e problematizando alguns resultados que conseguimos apurar durante todo o desenvolvimento da mesma.

Antes de realizarmos a oficina pedagógica, aplicamos um questionário diagnóstico com os estudantes com questões abertas acerca da cidadania. Foram, ao todo, 11 questões² que versavam sobre a temática e sobre o trabalho da mesma nas aulas de Geografia. O objetivo era diagnosticar o entendimento dos estudantes sobre o tema e traçar o melhor formato de trabalhar esse tema, visando o aprofundamento teórico, mas também prático com relação a aspectos da cidadania.

De modo geral, a noção de cidadania dos estudantes dizia respeito apenas a obtenção de direitos e deveres de forma jurídica, em outras palavras, eles não tinham em mente que a cidadania vai muito mais além dos direitos e deveres escritos em um papel. Isso a princípio é importante, porém, só isso não basta, pois gozar de uma cidadania minimamente aceitável é entender que esse conceito é sinônimo de ter uma vida digna, com conforto e segurança que tem que ser comum a todos os cidadãos e não apenas à uma parcela da sociedade. Na realidade, isso não é possível sem que haja luta por equidade e vigilância sobre as conquistas que já foram alcançadas.

Após aplicação e análise das respostas ao questionário, planejamos a oficina pedagógica, construindo o plano de oficina que foi compartilhado e dialogado com o professor de Geografia que ministrava aulas nas turmas e que, portanto, nos recebeu na escola

² Não detalharemos as questões devido a limitação de páginas exigida pela revista. Esse trabalho, como dissemos anteriormente, é um recorte do nosso trabalho monográfico que pode ser acessado na biblioteca digital da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

e contribuiu significativamente com a nossa pesquisa. A oficina pedagógica foi realizada numa escola de Ensino Fundamental de tempo integral no município de Alto do Rodrigues - RN, com as três turmas de 9º ano: “A, B e C” que fazem parte do quadro da escola, e totalizam um quantitativo de 76 alunos. A opção por realizar a oficina nas turmas que compõem a última etapa do Ensino Fundamental, se deu por causa de toda bagagem escolar adquirida durante os anos anteriores pelos alunos, o que por consequência nos dá uma possibilidade melhor de colhermos resultados mais precisos acerca do entendimento dos alunos sobre o conceito de cidadania.

Vivemos em tempos de pandemia, e todas as medidas de segurança impostas pela escola em questão foram respeitadas durante a realização da oficina: o uso de máscaras, a higienização das mãos com álcool em gel e, não menos importante, o distanciamento social. A escolha dessa instituição se deu por questões de vínculo, pois a mesma se localiza na cidade onde um dos pesquisadores reside e onde o mesmo construiu uma identidade com ela ao longo de sua vida.

A PRIMEIRA ETAPA DA OFICINA

A primeira etapa da oficina pedagógica ocorreu da seguinte maneira: para “quebrar o gelo” fizemos a seguinte dinâmica com os alunos: Com todos os alunos das três turmas de 9º ano devidamente acomodados no auditório da escola lemos um poema do autor Carlos Drummond de Andrade intitulado “Quero”, porém toda vez que as palavras: AMOR, AMAR, AMO, AMAS, AMADO ou AMOROSO eram proferidas, os alunos deveriam bater uma palma. A dinâmica teve uma duração média de 5 minutos entre explicação e a execução da mesma. Foi um momento de descontração e serviu ao propósito de “quebrar o gelo” inicial da oficina. Em seguida tivemos uma aula expositiva, dialogada, propositiva e presencial.

Figura 1: Atividade realizada no auditório da escola



Fonte: Acervo do autores, 2022

Iniciamos o debate sobre o tema compartilhando *slide* no projetor, onde dialogamos um pouco acerca da origem da palavra cidadania e o percurso histórico do tema até os dias atuais. Vale ressaltar que a cidadania não se deu de forma homogênea no mundo, e as teorias levadas para o debate foram aquelas que são mais aceitas dentro da comunidade acadêmica.

Ainda dentro desse momento, aprofundamos o debate trazendo alguns trechos da declaração universal dos direitos humanos, que junto com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no final da segunda metade do século XX, trazem vários direitos e deveres presentes em várias democracias mundo a fora.

Dialogamos acerca dos três pilares principais nos quais a cidadania se apoia com relação aos direitos e deveres: civil, político e social. Essa parte da oficina foi de grande importância, pois ajudou a trazer clareza de onde a cidadania se emprega ou pode se empregar no dia a dia dos alunos.

Depois desses apontamentos foi a vez de trazer o que alguns autores entendem acerca desse tema, desse modo levamos para o debate: Esteves (2010), Costa; Kuhn; Kuhn (2016), Coutinho (1999), Santos (1996). Todos eles também se encontram citados neste artigo.

Após o debate, foram feitos os encaminhamentos finais para a segunda etapa da oficina, que se realizou uma semana após. Para essa primeira etapa, foi utilizado tempo de 2 horas/aulas. Nessa última parte, apresentamos aos alunos alguns exemplos de “*Memes*” sobre cidadania. O intuito de levar esse recurso se deu pelo fato deles serem algo bem familiar para essa geração, pois, os *Memes* são bem comuns no dia a dia deles. Os alunos foram incentivados a confeccionar *Memes* e utilizando desenho em cartolinas ou folhas A4, recorte e cola, ou ainda através de meios digitais com uso de aplicativos de edição de imagens, se assim eles desejassem.

Depois dessa apresentação, já visando o nosso próximo encontro, os alunos tiveram uma semana para observar problemas ou dificuldades encontradas no seu cotidiano, e baseado nessas observações deverão criar um *Meme* sobre problemas referentes à cidadania no seu lugar. Foi sugerido para os alunos que o tema poderia ser algo sobre a sua rua, a sua posição social, o seu bairro, a sua escola, enfim, sobre qualquer assunto que eles considerem importante e que mereça ser abordado, desde que a cidadania seja o cerne do problema.

Os estudantes também precisaram pensar em como solucionar os problemas destacados por eles, identificando quais os atores responsáveis por essa solução. Os *Memes* precisariam apresentar o problema e, ao mesmo tempo, trazer possibilidades de uma solução.

Também foi dada a oportunidade de os alunos realizarem a atividade em dupla ou individualmente, porém, isso ficou como livre escolha dos alunos, pois levando em conta o contexto pandêmico que ainda vivíamos em 2022, os recursos tecnológicos são limitados entre os alunos. Assim, quem tivesse um acesso mais difícil a essas tecnologias poderia fazer dupla com quem teria mais facilidade.

A SEGUNDA ETAPA DA OFICINA

Após uma semana, tivemos a segunda etapa da oficina, momento onde os alunos socializaram os seus *Memes*, expondo questões acerca da cidadania que observaram no seu dia a dia, e o resultado ficou incrível.

Antes de avançarmos é preciso observar que apenas 11 duplas se disponibilizaram a realizar a confecção dos *Memes*, em outras palavras, dos 76 alunos envolvidos na oficina

apenas 22 (um pouco menos que um terço do total) conseguiram concluir essa etapa. Os motivos alegados foram diversos: alguns não quiseram fazer a dupla e também não se sentiram à vontade para realizar sozinhos, mesmo dadas várias opções para realizar a tarefa como o desenho, o recorte e colagem, e os meios digitais.

Alguns dos alunos que não realizaram atividade também alegaram que “esqueceram” mesmo com o engajamento do professor da disciplina em suas aulas durante a semana, e no grupo de *Whatsapp* utilizado nessas turmas pelos professores da escola.

Por fim, alguns desses *Memes* confeccionados pelos alunos, tratavam de temas semelhantes, de modo que não faria sentido trazer todos neste trabalho. Dessa maneira, nos concentramos apenas nas duas amostras a seguir, pois entendemos que as mesmas dão conta do objetivo que traçamos inicialmente.

Na figura 2 podemos ver um *Meme* que teve como objetivo protestar contra o aumento no preço dos combustíveis fósseis aplicado pelo atual governo federal (que no momento da escrita desse artigo tinha como presidente o Jair Messias Bolsonaro):

Figura 2: *Meme* sobre o aumento dos combustíveis fósseis



Fonte: Material usado pelos alunos, 2022

A ideia do *Meme* além de trazer bom humor para uma questão tão complicada para a população, ajuda aos alunos entenderem que do seu modo também é possível lutar e protestar em prol dos seus direitos. Quanto à resolução desse problema, esta dupla disse que uma maneira de resolver seria “*produzir mais petróleo, por que se tivesse mais gasolina disponível os preços iriam baixar*”.

Apesar dessa dupla trazer uma “solução”, é nítido que a mesma não resolveria o problema por completo, isso seria na verdade apenas um paliativo, pois se pensarmos na questão ambiental, aumentar a produção de petróleo numa escala ainda maior geraria também mais problemas ambientais, portanto, devemos pensar que o problema maior está na política de preços adotada pelo governo brasileiro e não na demanda desse recurso.

Em relação à proposta de solução destacada pela dupla em questão, percebemos que houve um cuidado mínimo de pensar um pouco sobre o tema que escolheram. No momento da apresentação e proposta de sua solução, houve um aprofundamento sobre essa questão onde o pesquisador e o professor da disciplina de Geografia das 3 turmas chegaram a um mesmo consenso de que essa solução não seria a mais viável.

Nesse momento abordamos outras soluções, como já citada anteriormente “a revisão da política de combustíveis no país”, “a exigência de um transporte coletivo de qualidade e de valor acessível para a população” e a necessidade de um “protesto pacífico” da população, numa tentativa de pressionar o governo para que reveja a sua política em relação aos combustíveis fósseis. Construímos essa reflexão com a turma e isso gerou um debate interessante, além de partilhar uma informação de fato real, o que faz muita diferença na era das *Fake News*, ter acesso à informação é também um elemento importante quando tratamos sobre cidadania

O próximo *Meme* teve como questão central, a pandemia causada pelo vírus da COVID 19 e o descaso que essa dupla vivenciou das pessoas de seu bairro com as medidas de segurança em relação à saúde. Vejamos na figura 3:

Figura 3: *Meme* sobre o vírus da COVID 19



Fonte: Material usado pelos alunos, 2022

Esse é um problema enfrentado mundialmente, porém, em alguns lugares isso ainda tem sido tratado de forma leviana entre a população. Não são raros os casos de negacionismo e ceticismo em relação a vacina contra a doença. Segundo a dupla que apresentou esse *Meme* em questão, para eles, a maneira de se resolver esse problema seria aplicando e obrigando os moradores a realizarem as mesmas medidas de segurança que eles são submetidos na escola: “o uso de máscara, a higienização das mãos com álcool em gel, o uso individual de copos ou garrafas, o distanciamento social, e pôr fim, a vacinação contra a COVID 19”.

Este *meme* e a apresentação realizada pela dupla provocou um debate importante na turma. Os estudantes ressaltaram a importância de uma educação de qualidade que pode ajudar, inclusive, a combater o fanatismo e incredulidade na ciência de alguns. Ficou nítido como a população brasileira foi impactada pela propagação de notícias falsas, pela

irresponsabilidade do governo em questionar as vacinas, especialmente num país reconhecido mundialmente pela política de Saúde Pública, o Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo histórico positivo no que tange a produção e campanhas de vacinas.

Para finalizar a apresentação de alguns memes construídos, a seguir, na figura 04, elaborado por mais uma dupla, temos visualização de mais um problema social que ainda persiste nos dias atuais. Trata-se da “evasão escolar”, abordando a temática que gira em torno do trabalho infantil:

Figura 4 – Meme sobre o trabalho infantil



Fonte: Material usado pelos alunos, 2022

A questão do trabalho infantil aliada à evasão escolar, é algo que apesar de amplamente combatido, ainda acontece nas escolas brasileiras. Para essa dupla, a solução seria “denunciar ao conselho tutelar sempre que se presenciasse isso”. A resposta da dupla apesar de simples é algo que resolve o problema só em parte, nesse caso, não só a criança tem que ser educada, mas também a família, e a sociedade como um todo, pois a cidadania deve ser um movimento coletivo e não de atos isolados.

Toda criança precisa de proteção social. Precisa de família, de moradia, de escolaridade, de alimentação nutritiva, de lazer, de esporte, de cultura, de arte para se desenvolver de forma integral. Negar a escolarização e forçar a criança a trabalhar é negar um aspecto importante da cidadania. No Brasil temos políticas públicas que combate o trabalho infantil e que tem dado ótimos resultados, mas ainda assim, temos visto a exploração dos menores devido a pobreza e ausência do Estado. Nos últimos anos temos acompanhado um recrudescimento da fome, da pobreza e dessa problemática por negligência do governo. Esse meme gerou um debate muito interessante na turma e levou a aprofundar o entendimento sobre cidadania com os estudantes.

Um dos pontos positivos da oficina em si, foi a interação dos alunos durante a aula expositiva e dialogada no primeiro momento, sempre que o pesquisador trazia questões acerca da cidadania para a realidade dos alunos havia uma boa participação dos mesmos. Dessa maneira, é inegável que o tema “cidadania” também é relevante para os educandos, pois desperta um sentimento que, tem tudo a ver com as questões que eles encontram no seu dia a dia, seja no seu lugar ou território onde eles habitam e circulam, seja pensando globalmente ou considerando outras localidades.

Outro ponto que temos que levar em conta, é que apesar da escola ter uma disciplina que trate especificamente o tema cidadania, ainda se trata de uma discussão muito no campo da teoria, carecendo de atividades que envolvam mais ações no cotidiano dos alunos.

Após a realização da oficina, aplicamos um questionário avaliativo com os estudantes. Esse questionário manteve o mesmo formato do diagnóstico, com perguntas abertas (sendo 9 questões no total)³. O objetivo era averiguar a aprendizagem dos estudantes acerca do tema da cidadania e o aprofundamento a partir da ideia propositiva em diagnosticar problemas nos seus territórios, apontar soluções, usando uma linguagem mais frequente em seus cotidianos (na era das redes sociais) que são os *memes*.

Analisando as respostas dos estudantes, é possível constatar o avanço na compreensão da temática. Eles aprovaram a realização da oficina pedagógica, considerando esse recurso como mais dinâmico e interessante. Também apontaram para o entendimento de que o tema da cidadania ganha relevo nas aulas de Geografia, ou seja, é um tema que pode e deve ser discutido no âmbito dessa disciplina. É óbvio que o avanço na compreensão e no próprio exercício de se tornar um cidadão consciente, ativo e propositivo em seus territórios não dá para ser alcançado em poucas aulas, em uma ou duas oficinas. Aqui temos um esforço de trabalho com a temática, demonstrando a importância do ensino de Geografia no que tange, especialmente, a construção do senso crítico dos estudantes, o desenvolvimento de sua autonomia e o espírito propositivo, aspectos considerados essenciais para que se possa, aos poucos, formando pessoas para a cidadania, ou para se colocar em luta por ela, já que a mesma ainda não é uma conquista garantida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar o tema da cidadania dentro da disciplina de Geografia se mostrou muito promissor, pois a produção de *Memés* feita pelos alunos mostra os problemas enfrentados no seu cotidiano, que ao mesmo tempo que tem a ver com o seu dia a dia, também são problemas dispostos pelos diversos lugares e territórios da cidade.

Uma das conclusões à qual chegamos é que apesar de haver uma abertura na legislação brasileira para se ensinar cidadania, essa é uma discussão muito tímida, e sobretudo teórica, e por isso desenvolver o conceito de cidadania territorial (CLAUDINO, 2014) com a disciplina de Geografia é um caminho esperançoso para que possamos transformar essa discussão teórica em ações reais em função dos territórios onde os alunos habitam.

Se a legislação permite esse ensino sobre cidadania, de quem deve ser a iniciativa para fazê-lo? Do Estado? Da Escola? Do Currículo escolar no Ensino Fundamental? Ou apenas do professor? Ou de todos esses atores juntos? E se assim o for, o que falta para dar início a essa educação cidadã?

A Iniciativa para se fazer uma educação mais cidadã deve ser uma preocupação de todos os agentes envolvidos nesse processo (Estado, escola, professores, alunos e suas famílias). Como vimos na pesquisa, as leis que existem, já legitimam essa ideia de educar para a

³ Também não iremos realizar o detalhamento dessas questões aqui devido a limitação de páginas exigida pela revista.

cidadania, porém, só as leis e os documentos normativos não bastam. O conceito de cidadania só funciona no coletivo, e por isso, buscar uma sociedade mais justa e igualitária deve ser uma meta de todos, não só dos que estão envolvidos com a educação.

Entendemos que os estudantes estão caminhando para a compreensão da cidadania, mas para o exercício desta é imprescindível a leitura e análise do território onde estão inseridos, é preciso fazê-los entender quais são as dinâmicas territoriais que regem o espaço que habitam (SANTOS, 2020), pois de que maneira poderiam exercer a sua cidadania se não partindo dos problemas do seu cotidiano?

Muito ainda precisa ser feito, o processo de educação e conscientização sobre a cidadania é longo e lento, e por esse motivo deve ser algo constante na educação. Através da Geografia, encontramos um caminho possível, uma oportunidade de termos um ensino de Geografia mais significativo e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de exercer a cidadania de forma mais ativa e com mais significado para quem aprende.

Admitimos também que esse trabalho não dá conta da realidade enfrentada em toda a educação brasileira, o mais apropriado talvez seria trabalhar com dados sobre os 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte, a fim de traçar um perfil mais fidedigno da realidade da educação cidadã no nosso estado, porém, um trabalho impossível de realizar durante um espaço curto de tempo, como nos vimos obrigados, dado o tempo que nos é destinado e a amplitude do universo da pesquisa.

Por fim, concluímos que este trabalho contribui com o debate da temática em tela. Mas é preciso que mais geógrafos, professores de Geografia, pesquisadores, se dediquem a problematizar a cidadania enquanto exercício para uma vida digna. Cidadania que só se dá no território, considerando o uso do território como elemento primordial para a promoção ou negação da mesma. Concordamos que a cidadania ativa e efetiva ainda é um sonho, mas a escola, especialmente a Geografia, com seu arcabouço teórico-metodológico pode instrumentalizar os estudantes no exercício e conquista desta. Acreditamos ser este um dos motivos do porquê a Geografia ainda resiste no currículo escolar, ao mesmo passo, do porquê ela continua sendo tão questionada, já que pode promover a “libertação” do sujeito no exercício de sua autonomia e o rompimento com o sistema de alienação.

REFERÊNCIAS

BARBALET, J. M. **A Cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BARRETO, V. **O conceito moderno de cidadania**. Revista de Direito Administrativo, v. 192, p. 29-37, 1 abr. 1993. Acesso: 12 de jul. de 2021
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45733/47285>>.

BRAGA, F. S. **A escola para a cidadania e o ensino de Geografia**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 4, n. 12, novembro/2018. Disponível em: <<http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1727/1685>> Acesso 24 de abr. de 2022

_____, F. S. **Cidadania territorial e geografização da cidadania no ensino de Geografia e na formação de professores de Geografia**. Revista Signos Geográficos, boletim NEPEG de Ensino de Geografia, Goiás, v. 3, 2021. p. 1-16. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/signos/article/view/69617/37688>. Acesso: 13 de dez. de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. (atualizada). Brasília, 2019.

BOTELHO, A. SCHWARCZ, L. M. **Cidadania e direitos: aproximação e relações**. In: BOTELHO, A. SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). *Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos*. – 1ª ed. – São Paulo: Claro Enigma. 2012. p. 6-27.

CALLAI, H. C. MORAES, M. M. de. **Educação geográfica, Cidadania e Cidade**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Edição Especial, 2017. p. 82-100. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/4771/2416>> Acesso: 18 de mar. de 2021.

CALLAI, H. C. ZENI, B. S. **A importância do lugar: construindo a cidadania na fábula perversa do globalitarismo de Milton Santos**. Teoria e sociedade nº 19.1 – janeiro-junho de 2011. p. 66-81. Disponível em: <<https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/9/9>> Acesso: 12 de jul. de 2021.

CAVALCANTI, L. de S. **A Geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3ª ed. Campinas/SP: Papirus, 2010.

_____. **Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas**. Anais do I seminário nacional: Currículo em movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidade-escolar-lana-souza/file>> Acesso: 30 de mai. de 2021.

CLAUDINO, S. **Escola, educação geográfica e cidadania territorial**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales, Vol. XVIII, nº 494(09), Universidad de Barcelona, 1 de Dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Sergio%20Claudino.pdf>> Acesso: 06 de ago. De 2022.

COPATTI, C. CALLAI, H. C. **Tenções e intenções entre professores de Geografia e o livro didático na prática docente**. Revista eletrônica Para onde: Ensino de Geografia: educação geográfica e formação de professores. Programa de pós-graduação em Geografia UFRGS. Porto Alegre/RS v. 10, n. 1 (2018). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/85527>> Acesso: 21 de jun. de 2021.

COSTA, A. M. KUHN, I. KUHN, D. D. **Cidadania territorial e território da cidadania: elementos para o debate em torno da política territorial brasileira**. Revista de Geografia (Recife) V. 33, No. 2, 2016. p. 96-119. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229281/23641>> Acesso: 30 de mai. de 2021.

COUTINHO, C. N. **Cidadania e modernidade**. Perspectivas, São Paulo, v. 22. 1999. p. 41-59. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087/1709>> . Acesso: 12 de jul. de 2021.

DEON, A. R. CALLAI, H. C. **A educação escolar e a Geografia como possibilidades de formação para a cidadania**. Revista Contexto & Educação, 33 (104). 2018. p. 264-290. <<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2018.104.264-290>> Acesso 12 de jul. 2021.

ESTEVES, M. H. M. de B. F. **Os percursos da cidadania na Geografia escolar portuguesa**. 2010. 376 f. Tese (Doutoramento em Geografia, especialidade ensino de Geografia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/12422502.pdf>> Acesso: 23 de mai. de 2021.

FARIAS, P. S. C. **A Geografia escolar crítica e a formação para cidadania**. Revista GeoSertões (Unageo-CFP-UFCG). Vol. 5, nº 10, jun./dez. 2020. p. 12-38. <<https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoos/article/view/1649>> Acesso: 15 de fev. de 2022.

MARTINS, R. E. M. W.. TONINI, I. M.. **A importância do estágio supervisionado em Geografia na construção do saber/fazer docente**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 20 (2016), n.3, p. 98-106. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/download/21000/pdf>> Acesso: 21 de jun. de 2021.

MORAIS, I. R. D. Diferentes linguagens no ensino de Geografia. In: ALBUQUERQUE, M.A.M.; FERREIRA, J.A.S. (Orgs.). **Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Editora Mídia, 2013. p. 241-264.

SANTOS, M. F. P. dos. O Estágio supervisionado na formação dos professores de Geografia. In: ALBUQUERQUE, M.A.M.; FERREIRA, J.A.S. (Orgs.). **Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Editora Mídia, 2013. p. 59-86.

SANTOS, M. **As cidadanias mutiladas**. In: Julio Lerner. (Org.). O preconceito. São Paulo: IMESP, 1996, p. 133-144.

_____. **O espaço do cidadão**. – 7ª. Ed., 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SOBRINHO, H. de C. **Educação geográfica e formação cidadã: o Projeto Nós Propomos! No Distrito Federal/Brasil**. 2021. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/42928/1/2021_HugodeCarvalhoSobrinho.pdf> 10 de abr. de 2022.

SOUZA, M. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de. GOMES. P. C. da C. CORRÊA. R. L. (Orgs). Geografia: conceitos e temas. 2 ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

_____. **Os conhecimentos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

STEFANELLO, A. C. **Didática e avaliação de aprendizagem no ensino de geografia**. 2 Ed. Revista e atualizada – Curitiba: Ibpex, 2011.— (Coleção Metodologia de Ensino de História e Geografia; v. 2)

STRAFORINI, R. **O ensino de Geografia como prática espacial de significação**. Edição Estud. av. vol.32 no.93 São Paulo mai./ago. 2018. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/estudos-avancados/user-item/6615-revista-estudos-avancados/2939-o-ensino-de-geografia-como-pratica-espacial-de-significacao>> Acesso: 21 de jun. de 2021.